

FORMAÇÃO SOBRE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM RELATO DE APROXIMAÇÕES NO COTIDIANO DE UMA CRECHE¹

Fábio Tomaz Alves²

O Contexto...

Atuo na área educacional desde o ano de 1991 quando me efetivei como auxiliar de sala numa creche de uma rede municipal de ensino no estado de Santa Catarina e de lá pra cá, na medida em que fui fazendo minha formação profissional também fui diversificando minha atuação na área, exercendo as funções de diretor de Núcleo de Educação Infantil (NEI), professor de educação física e auxiliar de ensino. Desde 2005, minha atuação na referida rede tem sido como supervisor escolar, fazendo o trabalho de coordenação pedagógica, inicialmente numa escola de ensino fundamental e, a partir de 2007, na educação infantil. Entre as coisas pelas quais sou responsável no meu trabalho diário estão a coordenação, a sistematização e a efetivação do Projeto Político Pedagógico (PPP), a articulação dos planejamentos coletivos e individuais dos grupos de trabalho e a promoção da formação continuada de meus pares (professoras, auxiliares de ensino, auxiliares de sala e demais funcionários).

Em 2009 passei a exercer o papel de supervisor escolar numa creche localizada no sul do município, cuja comunidade tem um baixo poder aquisitivo e onde a maioria dos moradores é oriunda de outros estados e municípios. A estrutura física da referida creche consistia em 06 salas de trabalho, 01 *hall* que também servia de refeitório, 03 banheiros para crianças, 02 banheiros para adultos, 01 cozinha, 01 lavanderia, 01 sala para convivência dos adultos, 01 secretaria, 01 pequeno depósito (transformado em sala de coordenação pedagógica com a minha chegada), 01 pequeno parque com brinquedos fixos, árvores e também uma horta que havia sido criada pelas professoras e crianças ali matriculadas. A propósito, nossa creche atendia aproximadamente 130 crianças com idade entre zero e seis anos, divididas em 06 grupos de trabalho. Quanto aos

¹ O presente relato foi escrito a partir do relatório de formação organizado por mim e encaminhado, em dezembro de 2009, a SME do município onde esta experiência aconteceu.

² Fábio Tomaz Alves é formado em Pedagogia, com habilitação em Supervisão Escolar (2002) e Administração Escolar (2005) pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Atualmente, é Mestrando da Linha de Pesquisa Educação e Infância do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina e Supervisor Escolar de um Núcleo de Educação Infantil pertencente a uma rede municipal de ensino do estado de Santa Catarina.

profissionais que atuavam na instituição éramos 35 pessoas, entre diretora, supervisor, professoras de sala, auxiliares de sala, auxiliar de ensino, professora de educação física, auxiliares de serviços gerais, merendeiras e vigias.

O presente relato baseia-se na experiência que vivi enquanto supervisor escolar e tem a intenção de descrever os caminhos escolhidos e seguidos por este grupo de profissionais ao se co-responsabilizarem por parte de sua formação continuada, na modalidade “formação em serviço”, também conhecida na referida rede, como “formação descentralizada”, ou seja, aquela organizada pelo próprio grupo de profissionais em seu local de serviço e distinta da organizada pela Secretaria Municipal de Educação (SME) do referido município.

O nome da creche e do grupo de profissionais será mantido em sigilo, porque este relato está sendo construído na perspectiva deste supervisor escolar e não reflete, necessariamente, a visão, ou melhor, a leitura de todas as profissionais envolvidas nesse processo e, também, porque parte das pessoas que participaram daquele movimento já não atuam mais na referida instituição. De qualquer forma, fica aqui o meu agradecimento pessoal a estas profissionais pelas contribuições que trouxeram a minha formação pessoal na curta passagem que tive pela instituição.

A Proposta...

Ao chegar à creche, depois de me inteirar sobre o PPP da mesma, fiz um levantamento nos registros organizados pelo grupo de profissionais a respeito da formação em serviço que as mesmas haviam realizado no ano anterior, ou seja, no ano de 2008. Entre os indicativos encontrados, foi possível perceber a dificuldade que este grupo vinha encontrando para organizar e sistematizar sua formação em serviço, uma vez que não contavam com um profissional de supervisão escolar atuando no ano de 2008 na unidade e todo o processo formativo foi organizado por uma professora readaptada³ que, apesar de todo o esforço, não pode contar com a co-responsabilidade do grupo durante o referido processo.

Os registros deixavam claro que tal professora, além de fazer o planejamento, organizar os grupos e horários, escolher e apresentar os textos a serem debatidos,

³ Professora readaptada é uma profissional que não pode estar atuando em sua função original por questões de problemas de saúde, devidamente avaliados por uma junta médica e que, por isso, exerce outra função dentro da instituição.

também ficou responsável em fazer os registros das sínteses produzidas pelo grupo, o que, no meu singelo entendimento, é humanamente impossível de realizar, considerando a perspectiva de uma formação realmente significativa. Entendo que todo o grupo deve participar do processo de formação continuada, sendo co-responsáveis pela organização do mesmo.

Com base nestes indicativos e diante da necessidade apontada pelas próprias profissionais em dar continuidade aos estudos e discussões que já vinham sendo realizadas na creche em anos anteriores, apresentei em reunião pedagógica realizada no mês de fevereiro de 2009, uma proposta de formação continuada em serviço intitulado Fórum de Debates...⁴ a ser realizado no período compreendido entre março e outubro de 2009, com encontros em pequenos grupos que ocorreram nos períodos matutino, vespertino ou noturno, conforme organização de cada encontro e disponibilidade dos profissionais da creche.

Assim, contando com a participação de 29 profissionais (direção, supervisão, professoras, auxiliares de sala, auxiliares de ensino, e auxiliares de serviços gerais) da creche o grupo optou em aprofundar os estudos sobre avaliação, iniciado em formações anteriores. Embora o termo avaliação tenha sido utilizado nas discussões do grupo para fazer referência à avaliação dos sistemas de ensino e avaliação das/dos profissionais da educação, esta formação teve como foco a avaliação que é feita sobre as crianças matriculadas na educação infantil. Percebemos, na medida em que começamos a fazer nossas reuniões de planejamento por grupo, que seria necessário estabelecer relação entre as discussões sobre a avaliação com planejamento e registro.

Assim, em nosso planejamento inicial, elencamos os seguintes **Conteúdos Programáticos**: Planejamento, Registro e Avaliação: a superação do trabalho fragmentado; Relação entre Projetos de Trabalho e Avaliação; Instrumentos de Registro: Portfólios e outras alternativas. Durante a trajetória da referida formação, entretanto, considerando a demanda de discussões propostas pela própria SME, fez-se necessário incluir um novo Conteúdo Programático ao nosso planejamento inicial: CONAE – Discutindo o Documento de Referência.

Nos **Procedimentos Metodológicos** previstos no início deste Fórum de Debates, ficou estabelecido que as/os profissionais da creche seriam divididos em quatro

⁴ O nome original do projeto de formação incluía também o nome da referida creche em seu título.

pequenos grupos (respectivamente A, B, C e D, podendo os participantes circular entre os grupos) e estariam auxiliando este coordenador na organização dos encontros, desde a sugestão e escolha dos textos a serem discutidos, fazendo a leitura prévia dos mesmos, responsabilizando-se, inclusive, em apresentar os textos a serem discutidos, levar questões de debate, até cronometrar o tempo ou registrar as sínteses estabelecidas e os encaminhamentos durante as discussões. Embora eu fosse o coordenador dos quatro grupos, pude contar também com a colaboração de duas professoras que estavam readaptadas e que ficaram como co-coordenadoras de dois grupos cada uma. Neste movimento, 17 dos 29 profissionais participantes acabaram responsabilizado-se em proceder à fala sobre a temática estudada nos encontros e os demais se revezaram nos papéis de debatedor/as, cronometristas e/ou secretário/as.

Ainda em relação à organização deste Fórum, acabamos dando conta de discutir as temáticas propostas em 3 blocos, que consistiram numa Carga Horária Total de Formação de 34 horas/aula: 1) Planejamento, Registro e Avaliação: a superação do trabalho fragmentado; Relação entre Projetos de Trabalho e Avaliação (16 horas/aula); 2) Conferência Nacional de Educação - CONAE – discutindo o documento de referência (04 horas/aula); 3) Avaliação - Instrumentos de Registro: portfólio e outras alternativas (14 horas/aula). Outro ponto a ser esclarecido sobre essa organização é que não estabelecemos uma frequência mínima de participação, em função de que não houve número de encontros com mesma carga horária para todos os grupos, bem como, fizeram-se necessárias algumas alterações na formação dos grupos de forma a privilegiar a participação do maior número de pessoas durante os debates, especialmente quando não era possível conciliar os horários dos encontros e outras atividades pedagógicas na instituição.

O Bloco 1

Ao iniciarmos as discussões em torno do Bloco 1 - Planejamento, Registro e Avaliação: a superação do trabalho fragmentado; Relação entre Projetos de Trabalho e Avaliação – muitas eram as dúvidas sobre como sistematizar o processo avaliativo das crianças dentro da unidade. Haviam questionamentos também em torno da relação entre a avaliação e o trabalho com projetos. Ainda em relação aos projetos, os questionamentos giravam em torno da diferença e/ou relação com o planejamento. Qual

é mais importante? Quem viria primeiro? Diante de tal dúvida e considerando que provavelmente todas essas questões estavam relacionadas, fizemos a opção por discutir primeiro os termos projeto e planejamento.

Tendo como base os textos Planejamento na Educação Infantil: olhar o grupo, revelar as crianças (Luciana Ostetto), A Educação Infantil e o Termo Projeto (Rosa Batista e Verena Wiggers), Planejamento na Educação Infantil: caminhos possíveis (Equipe DEI - 2004), O Trabalho através de Projetos (Mônica Fantin) e buscando apoio em autores como Gabriel de Andrade Junqueira Filho, Maria Carmem Silveira Barbosa, Maria da Graça Souza Horn, Eloísa Candal Rocha, conseguimos construir algumas descobertas significativas:

a) planejamento é sinônimo de projetar, de traçar caminhos, estando vinculado à perspectiva de vida do educador, às suas escolhas pedagógicas, podendo ser organizado de várias maneiras (centros de interesses, datas comemorativas, projetos, tema gerador, unidades de ensino, etc.); nenhuma destas possibilidades, entretanto, enfatiza a atividade por si só, uma vez que isso implicaria em “espontaneísmo”;

b) entre as possibilidades de planejamento, encontramos o Planejamento Coletivo da Unidade, o Planejamento do Grupo, o Planejamento Anual, o Planejamento Semanal, o Planejamento Diário, etc.;

c) considerando que as crianças com quem trabalhamos são diferentes entre si, portam histórias e relações sociais também diferentes, e que, portanto, tem interesses e necessidades educativas diversificadas, precisamos fazer o exercício intencional de auscultar do que elas apontam no dia a dia, a fim de articular nosso planejamento com aquilo que “[...] elas mais precisam saber” (Junqueira Filho, 2006); isso não garante, entretanto, que seja possível dar conta de toda a diversidade de interesses num determinado grupo; porém, o exercício de auscultar e discutir com as crianças sobre “[...] o que elas mais precisam saber.” pode nos permitir uma maior aproximação entre adultos e crianças e, por conseguinte, um planejamento mais próximo da realidade de cada grupo;

d) é fato que sendo o Projeto de Trabalho uma das possibilidades de organizar o planejamento, este não dá conta de todas as relações e práticas pedagógicas de um grupo, quiçá de uma instituição de educação infantil; portanto, faz-se necessário articular os Projetos de Trabalho de cada grupo com os demais Projetos de Trabalho da

instituição e, pensar em outras formas de organização que deem conta das demais ações a serem realizadas, repensando a rotina, os espaços e as possibilidades de interação social;

e) partindo do entendimento que o principal objetivo de um Projeto de Trabalho consiste em incentivar a pesquisa, o que o diferencia das demais formas de organização do planejamento está no fato de que ele deve ser feito “com e para as crianças”, já que tais investigações objetivam ajudá-las a acessar e a construir conhecimentos;

f) é imprescindível que o planejamento esteja articulado ao exercício de observação e registro das situações do cotidiano da educação infantil, de forma a qualificá-lo e não restringir-se a uma lista de atividades pensadas por faixa etária;

g) ainda em relação aos Projetos de Trabalho, ficou claro que num mesmo grupo é possível termos vários projetos acontecendo ao mesmo tempo; por outro lado, um projeto de trabalho não implica que todas as crianças tenham de participar dele ou de suas atividades ao mesmo tempo.

As leituras orientadoras e referências bibliográficas utilizadas pelo grupo neste bloco foram as seguintes:

- BATISTA, Rosa e WIGGERS, Verena. A Educação Infantil e o Termo Projeto. In: Formação em Serviço: Partilhando saberes, vislumbrando novas perspectivas. Florianópolis: PMF/SME/DEI/PRELO, 2004. p. 61-67.
- BARBOSA, Maria Carmem Silveira e HORN, Maria da Graça Souza. Projetos Pedagógicos na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL. Planejamento na Educação Infantil: caminhos possíveis. In: Formação em Serviço: Partilhando saberes, vislumbrando novas perspectivas. Florianópolis: PMF/SME/DEI/PRELO, 2004. p. 23-26
- FANTIN, Mônica. “O Trabalho através de Projetos”. In: Síntese da Qualificação da Educação Infantil. Florianópolis: PMF/SME/DEI 2000. p. 55-57.
- JUNQUEIRA FILHO, Gabriel de Andrade. Linguagens Geradoras: seleção e articulação de conteúdos em educação infantil. 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.
- OSTETTO, Luciana Esmeralda. Planejamento na Educação Infantil: olhar o grupo, revelar as crianças. In: Síntese da Qualificação da Educação Infantil. Florianópolis: PMF/SME/DEI 2000. p. 21- 24.

O bloco 2

O Bloco 2 – Conferência Nacional de Educação – CONAE – discutindo o documento referência, acabou sendo sintetizado num único encontro de 04 horas, envolvendo todos os grupos num único espaço e, como já foi anunciado antes, foi uma espécie de tarefa a ser executada pelo grupo de forma a contribuir com as discussões que estavam sendo feitas no município, cujo objetivo era levar contribuições para a Conferência Nacional que foi realizada em abril de 2010.

Para esse encontro utilizamos como leitura orientadora dos debates as seguintes referências bibliográficas:

- BRASIL – Presidência da República/Ministério da Educação. **Documento Referência da Conferência Nacional de Educação. Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação.** Brasília/DF: Presidência da República Ministério da Educação, 2008. (EIXO II - Qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação; EIXO III - Democratização do Acesso, Permanência e Sucesso Escolar; EIXO V - Financiamento da Educação e Controle Social)

Em relação aos Eixos (EIXO II - Qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação; EIXO III - Democratização do Acesso, Permanência e Sucesso Escolar; EIXO V - Financiamento da Educação e Controle Social) do Documento de Referência para a Conferência Nacional de Educação a ser realizada em 2010, após as discussões em pequenos grupos (por eixo), as discussões no Grande Grupo apontaram que:

- o documento de orientação, parecia estar muito bem escrito, dando conta de diversos aspectos organizacionais da educação; restaram dúvidas, entretanto, quanto a sua materialização na prática, se considerarmos as dificuldades em mobilizar as famílias e demais instâncias da sociedade civil para participar dos fóruns decisivos, tal como as conferências, os processos de eleição direta e os conselhos deliberativos;

- outra constatação feita pelo grupo, diz respeito ao fato de haver pouco indicativo sobre as questões específicas da educação infantil no referido documento.

No entendimento dos participantes desta formação, seria interessante se, na organização do documento, as ações específicas para a educação infantil nos Eixos já elencados tivessem sido mais explícitas, em especial, no que diz respeito às propostas

relacionadas ao acesso e permanência das crianças de 0 a 3 anos. Outra questão que poderia ter ficado mais clara é sobre que ações poderão garantir o acesso à formação continuada para as/os profissionais da educação.

Ao final do encontro, juntamente com a diretora e com uma professora readaptada, escrevemos e encaminhamos para a SME uma ata do referido encontro e também fizemos as indicações comentadas acima.

O Bloco 3

Tendo como motivação inicial compreender melhor o processo de avaliação na educação infantil e como questionamento central a viabilidade de se utilizar o portfólio como sinônimo de documento avaliativo das crianças a ser entregue às famílias, iniciamos nossas discussões no Bloco 3 - Avaliação - Instrumentos de Registro: portfólio e outras alternativas - pesquisando o conceito de avaliação, sua função, seus instrumentos. Para tanto, nos valem da definição encontrada nos documentos oficiais (LDB/1996, LEI nº 170/1998 de SC, etc.) e também nas discussões feitas por autores como Jussara Hoffmann, Benigna Maria de Freitas Villas Boas, Rosana Aragão e Lino de Macedo, cuja referência apareceu numa das pesquisas feitas por uma integrante de um dos grupos.

Entre as funções prescritas pelos autores, a avaliação apareceu como sinônimo de: instrumento de enfrentamento das dificuldades de organização e das relações; processo para orientar o trabalho pedagógico; acompanhamento da trajetória da criança (suas conquistas, possibilidades e dificuldades) para orientação das famílias na educação de seus filhos e auxílio para que as/os professoras possam refletir sobre sua prática.

Boas (2004, p.21), aponta que “a Avaliação acontece a todo o momento e em várias atividades da nossa vida”. A autora também afirma que na escola a avaliação é muito conhecida através de seus instrumentos (provas, exercícios, relatórios, atividades, etc...) e isto fica claro para todos. Entretanto, existe outro tipo de avaliação que acontece em especial na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental:

[...] é aquela que se dá pela interação de alunos com professores, com os demais profissionais que atuam na escola e até mesmo com os próprios alunos, em todos os momentos e espaços do trabalho escolar.

Trata-se da chamada Avaliação Informal. Ela é importante porque dá chances ao professor de conhecer mais amplamente cada aluno: suas necessidades, seus interesses, suas capacidades. [...] (Boas, 2004, p.22)

Hoffmann por sua vez, entende que

A avaliação é substancialmente reflexão, capacidade única e exclusiva do ser humano, de pensar sobre seus atos, de analisá-los, julgá-los, interagindo com o mundo e com os outros seres, influenciando e sofrendo influências pelo seu pensar e agir. Não há tomada de consciência que não influencie uma ação. Uma avaliação reflexiva auxilia a transformação da realidade avaliada. (2001, p. 10),

Já em relação aos instrumentos de avaliação, nos textos por nós estudados, debatidos, encontramos algumas referências, tais como: Fichas Avaliativas, Relatórios Individuais, Relatórios Gerais de Atividades, Dossiês, Portfólio.

Quanto ao Portfólio, Boas (2004) e Aragão (2006) referem-se a ele como instrumento capaz de redimensionar o trabalho pedagógico, uma vez que, a partir das observações das crianças/alunos é possível identificar o desenvolvimento e pensar novas ações para um determinado grupo de trabalho, aprofundando e enriquecendo a prática pedagógica de cada professor/a.

Considerando que o Portfólio tem como objetivo maior representar a expressão individual das crianças durante seus processos de aprendizagem, as autoras estudadas chamam a atenção de que na organização deste tipo de instrumento, não cabe escolher os trabalhos referentes a uma mesma atividade para todas as crianças. Sugerem assim, a análise de diversas tarefas/atividades em diversos momentos dos processos de aprendizagem e, também, o estabelecimento de metas mais amplas, abrangendo as diversas áreas do conhecimento e do desenvolvimento infantil, estabelecidas em períodos curtos de trabalho e construídas em conjunto pelas/os professoras/es e coordenadoras/es e discutidas com as famílias a cada novo período de trabalho.

Pensando no Processo de Avaliação como um todo, parece ser de suma importância fazer registro sistematizado, a partir das observações individuais e coletivas das crianças. Ainda sobre o Registro, as/os autoras/es apontam que os registros individuais contribuirão na análise de todo o processo. Também chamam atenção para o fato de que não dá para registrar tudo o que acontece com todas as crianças ao mesmo

tempo, o que implica a necessidade de uma organização por parte das/dos profissionais da educação, estabelecendo coletivamente os critérios que orientarão esses registros e, por conseguinte, os instrumentos de avaliação socializados com as crianças, com os familiares e com a comunidade escolar.

Independente do instrumento avaliativo a ser usado na hora de escrever sobre as crianças e seu desenvolvimento individual e coletivo, o que se destacou como mais significativo nas discussões deste bloco foi que é preciso levar em consideração que:

- a avaliação não tem sentido se for utilizada apenas como instrumento de mediação/mensuração de conhecimentos adquiridos pelas crianças/alunos numa perspectiva de formatação, pois nesse caso só serve para ampliar o índice de discriminação e exclusão existente no interior das instituições educativas, pautadas no que as crianças/alunos ainda não sabem;
- o Portfólio é um dos muitos instrumentos possíveis de se utilizar para sistematizar, avaliar, socializar as conquistas das crianças/alunos, não sendo o único;
- independente do instrumento escolhido para organizar o processo avaliativo, este deve ser precedido de metas educacionais claras, objetivas, bem como de observação e registros que, ao serem sistematizados, discutidos, tenham como foco principal a reorganização pedagógica das relações e das aprendizagens.

As leituras orientadoras e referências bibliográficas utilizadas pelo grupo neste bloco de formação foram as seguintes:

- ARAGÃO, Rosana. O Portfólio como novo instrumento de avaliação. In: BRASIL – Ministério da Educação. Revista Criança do Professor de Educação Infantil. Nº 41 - Prêmio Professores do Brasil. Novembro de 2006.
- BOAS, Benigna Maria de Freitas Villas. Portifólio, Avaliação e Trabalho Pedagógico. 5ª ed. Campinas/SP: Papirus Editora, 2004 (Coleção Magistério Formação e Trabalho Pedagógico)
- BRASIL. Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Florianópolis: SINEPE/SC – 10ª ed, 2007.
- FLORIANÓPOLIS. A Organização, Funcionamento e Manutenção do Sistema Municipal de Ensino de Florianópolis – Lei nº 7508 de 27 de dezembro de 2007. Florianópolis, PMF/SME, 2008.

- HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. Delineando Relatórios de Avaliação. In: _____. Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. 14ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2007. p.55-66
- HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. Dossiês, Portifólios, Relatórios de Avaliação. In: _____. Avaliar para promover: as setas do caminho. 10ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2008. p. 132-136
- SANTA CATARINA. Lei do Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina – Lei Complementar nº 170 de 07 de agosto de 1998. Florianópolis: SINEPE/SC – 10ª ed, 2007.

Finalizando

Pautado nos indicativos anteriormente mencionados, ao final do Fórum de Debates, ficou como encaminhamento do grupo que participou da formação para os/as profissionais que estariam na instituição em 2010, que fossem, já na primeira reunião do ano, retomadas estas discussões, com vistas a discutir sobre qual o instrumento a ser utilizado na creche durante o processo avaliativo das crianças a partir de então e, no caso de continuarem optando pelo uso dos Portfólios, ficou o indicativo de que seria necessária a construção de critérios mínimos de orientação para a organização e sistematização desse processo, vinculando as deliberações ao PPP da instituição.

O continuar desta história não acompanhei, mas certamente as/os profissionais que atualmente estão na creche (em 2010) encontraram registros ricos sobre as discussões feitas por aquele grupo interessado e competente que ousou repensar seus processos de construção da avaliação das crianças.